Povos Indígenas no Brasil

Fonte O ESTADO DE S. PAULO Class.: 383

Data 03/07/80 Pg.: _____

Andreazza apóia as demissões na Funai

Da sucursal de
BRASILIA

O gabinete do ministro do Interior, Mário Andreazza, divulgou ontem, nota oficial sobre a demissão dos 21 funcionários afastados pelo presidente da Funai, Nobre da Veiga, por "justa causa", depois de terem encaminhado documento ao ministro denunciando distorções no trabalho do órgão. "Trata-se de um problema de ordem administrativa, diz a nota, sobre o qual não interferirá o ministro do Interior". A nota acentua, ainda, que no tocante ao cumprimento das diretrizes do Ministério do Interior e execução da política indigenista, o coronel Nobre da Veiga "continua a merecer toda a confiança do ministro Mário Andreazza".

Ontem, os indigenistas demitidos, que agora são 35 (juntando-se os casos registrados nas últimas semanas), voltaram a acusar a atual administração da Funai de desrespeitar o Estatuto do Índio. O Presidente da Associação Brasileira de Indigenismo — também demitido, José Porfírio, afirmou que, ao aceitar a demissão, o ministro Andreazza passou a ser cúmplice dos crimes que vem sendo cometidos pela Funai.

"Fomos injustamente acusados de insubordinação, afirmou o indigenista, pois apenas decidimos encaminhar o documento ao ministro depois de ele próprio ter declarado que assumia toda a responsabilidade pelos rumos da política indigenista brasileira. Logo, a ele caberia investigar as denúncias que fazíamos. No entanto, de forma arbitrária, fomos demitidos por indisciplina. Antes, havíamos tentado entregar documentos semelhantes ao coronel Nobre da Veiga, mas ele, afirmou, por diversas vezes, que

'não aceitava bilhetinhos de funcionários."

Os ex-funcionários fizeram, também, novas denúncias contra a Funai, entre elas a de que os índios, de agora em diante, só poderão sair de suas reservas mediante autorização especial do órgão. Esta autorização é chamada pelos indigenistas de "passe de guerra", já que os índios, segundo eles, estão em guerra contra a atual administração da Funai.

Eles denunciaram, ainda, irregularidades que estão sendo comentadas pelas delegacias da Funai, entre elas o registro em cartório de 45 crianças não índias como indígenas do grupo Mundurucu, na área do PI Guatá, no Estado do Amazonas. Segundo os indigenistas, os índios que exploram a castanha, com exceção dos Gaviões do Pará, continuam desenvolvendo um trabalho escravo, como colhedores de castanha, em suas próprias terras.

CIMI

Em apoio aos ex-funcionários, o Conselho Indigenista Missionário divulgou nota, ontem, pedindo o imediato afastamento dos atuais dirigentes da Funai, definidos por eles como "administradores de índios", para que a sua atuação "não venha causar ainda maiores prejuízos aos povos indígenas".

"Na sua campanha de cerco e aniquilamento dos povos indígenas, diz a nota, a Funai, liderada por um grupo de coronéis, investe agora contra os próprios indigenistas. Os funcionários que ainda insistem defendendo a causa indígena dentro dos diversos departamentos do órgão estão sendo objeto de uma verdadeira campanha de pressões, ameaças e demissões. Os coronéis da Funai estão tentando desviar os olhos da opinião pública das gravíssimas denúncias lançadas por estes indigenistas."